

MJ-DPRF-DEPART.DE POL.RODOVIARIA FEDERAL/DF

Termo de Referência 107/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
107/2025	200109-MJ-DPRF-DEPART.DE POL.RODOVIARIA FEDERAL /DF	LINDEMBERG FERREIRA LEITE	17/06/2026 10:25 (v 0.28)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	135/2025	08650.224986/2024-44

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 08650.224986/2024-44)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços de prevenção contra incêndio e pânico, abandono de área, primeiros socorros, atendimento de emergência em edificações, elaboração e atualização do Plano de Prevenção, Combate à Incêndio e Abandono (PPCIA), desenvolvimento e manutenção de boas práticas e métodos preventivos para a segurança do trabalho nas dependências da Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Ministério da Justiça situada no Distrito Federal, por meio do fornecimento e atuação de Brigada de Incêndio Particular (Bombeiro Civil) devidamente constituída, certificada e capacitada, e fornecimento de materiais e equipamentos, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATSER	UNIDADE MEDIDA	QTD	VALOR POSTO DE TRABALHO R\$	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL (24 MESES) R\$
	1	Brigadista (12X36) diurno 33903707	25550	Posto de Trabalho /Mês	4	26.722,18	106.888,71	2.565.329,04
	2	Brigadista Líder	25550		1	16.542.98	16.542,98	397.031,47

1		33903707		Posto de Trabalho /Mês				
	3	Brigadista por Demanda 33903707	25550	Posto de Trabalho /Mês	4	26.722,18	106.888,71	2.565.329,04
TOTAL ESTIMADO							230.320,40	5.527.689,55

1.1.1. Os serviços previstos nos Itens 1 e 2 possuem natureza contínua, uma vez que se destinam ao atendimento permanente das necessidades de prevenção e combate a incêndio, evacuação de áreas, primeiros socorros e demais atividades correlatas de segurança contra incêndio e pânico nas dependências da Sede Nacional da Polícia Rodoviária Federal.

1.1.2. A caracterização da continuidade decorre da existência de população fixa e permanente que ocupa diariamente as instalações da Sede Nacional, composta por servidores, empregados terceirizados, estagiários, colaboradores e visitantes, circunstância que demanda a manutenção ininterrupta das condições de segurança exigidas pela legislação e pelas normas técnicas aplicáveis.

1.1.3. Por sua vez, o Item 3 possui natureza distinta, sendo executado sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço pela Administração.

1.1.4. A criação deste item decorre da iminente entrada em funcionamento da Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal – UniPRF, cuja inauguração encontra-se prevista para o final do exercício de 2026. Embora integre o mesmo complexo imobiliário da Sede Nacional da PRF, a unidade constitui edificação autônoma e independente, não possuindo ligação física com o edifício principal, razão pela qual é tratada como unidade operacional própria para fins de atendimento aos requisitos de segurança contra incêndio e pânico.

1.1.5. Conforme registrado nos Estudos Técnicos Preliminares, a Universidade Corporativa possuirá população fixa estimada em aproximadamente 100 (cem) servidores e trabalhadores terceirizados. Entretanto, em determinados períodos do ano, em razão da realização de cursos, capacitações, seminários, treinamentos e demais eventos institucionais, poderá ocorrer concentração significativa de pessoas nas dependências da unidade por períodos determinados.

1.1.6. Embora tais participantes não integrem a população fixa permanente da edificação, durante a realização dos eventos passam a constituir população fixa temporária para fins de aplicação das normas de segurança contra incêndio e pânico, circunstância que poderá ensejar a obrigatoriedade de disponibilização de brigadistas em quantitativos compatíveis com a ocupação temporária da edificação.

1.1.7. Nesse contexto, a contratação prevista no Item 3 busca atender às exigências estabelecidas na Norma Técnica nº 02/2016 e na Norma Técnica nº 007/2011, ambas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, as quais vinculam o dimensionamento dos recursos de prevenção e combate a incêndio às características de ocupação e à quantidade de pessoas presentes na edificação.

1.1.8. Para fins de competição e formação de preços, o Item 3 será licitado com unidade de medida correspondente a posto mensal. Todavia, sua execução ocorrerá de forma fracionada, sendo o pagamento realizado proporcionalmente aos dias efetivamente demandados pela Administração.

1.1.9. Assim, para fins de apuração da remuneração devida, o valor mensal do posto contratado será dividido por 30 (trinta), adotando-se o mês comercial como referência para obtenção do valor diário do posto, o qual será multiplicado pela quantidade de dias efetivamente executados no período de medição.

1.1.10. Em observância à Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027 da categoria dos Bombeiros Civis do Distrito Federal, especialmente à Cláusula Quadragésima Primeira, que estabelece a jornada de trabalho no

regime de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, cada acionamento do Item 3 corresponderá a uma jornada diária de 12 (doze) horas de permanência do profissional nas dependências da Universidade Corporativa, compreendida, entre 7h e 19h.

1.1.11. Em razão das diferenças existentes entre os modelos de execução contínua e sob demanda, serão admitidos valores distintos entre os itens, desde que devidamente compatíveis com os respectivos custos operacionais, encargos e características específicas de execução de cada serviço e respeitado o valor máximo admissível.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, por se tratar de atividade cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos, amplamente conhecidos no mercado e passíveis de especificação clara no instrumento convocatório.

1.2.1. As atribuições dos brigadistas, tais como prevenção e combate a incêndio, abandono de área, primeiros socorros, inspeções rotineiras de segurança e apoio a situações de emergência, encontram-se normatizadas por legislação e regulamentos técnicos específicos, notadamente normas do Corpo de Bombeiros e normas técnicas aplicáveis, o que permite a descrição precisa das atividades, dos requisitos mínimos de qualificação, da carga horária, do quantitativo de profissionais e dos procedimentos operacionais esperados.

1.2.2. Além disso, a execução do serviço não demanda soluções intelectuais personalizadas, desenvolvimento tecnológico específico ou expertise singular, mas sim a prestação padronizada de atividades operacionais, realizadas de acordo com procedimentos previamente definidos e verificáveis. O desempenho pode ser aferido por critérios objetivos, como presença em escala, cumprimento de rotinas, atendimento a ocorrências e observância das normas técnicas e de segurança.

1.2.3. Dessa forma, a contratação de brigadistas não envolve complexidade técnica diferenciada nem juízo subjetivo quanto à metodologia de execução, sendo plenamente compatível com o julgamento pelo critério de menor preço ou maior desconto, conforme o caso. Assim, resta caracterizado o enquadramento do objeto como serviço comum, apto à adoção das modalidades licitatórias previstas em lei para essa natureza de contratação, assegurados os princípios da competitividade, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 24 (meses) contados da **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. A fixação do prazo inicial de 24 (vinte e quatro) meses para o contrato de prestação de serviços de brigadistas mostra-se técnica e juridicamente adequada, à luz da Lei nº 14.133/2021, em especial dos princípios da eficiência, da economicidade, do planejamento e da continuidade do serviço público.

1.3.2. Trata-se de serviço essencial e contínuo, diretamente relacionado à segurança das instalações, à proteção de pessoas e do patrimônio público, cuja interrupção ou descontinuidade representa risco operacional relevante. A adoção de prazo contratual ampliado contribui para a estabilidade da execução, reduzindo riscos decorrentes de transições contratuais frequentes, como desmobilização de equipes, perda de profissionais treinados e períodos de adaptação operacional.

1.3.3. Sob o aspecto econômico, o prazo de 24 meses tende a propiciar melhores condições comerciais, na medida em que permite à contratada diluir custos iniciais obrigatórios, tais como recrutamento, seleção, treinamentos específicos, uniformes, equipamentos e integração operacional, ao longo de período mais extenso, refletindo-se em propostas mais vantajosas para a Administração.

1.3.4. Ademais, reduz-se a recorrência de custos administrativos associados à deflagração de novos certames, como planejamento, publicação, julgamento e gestão contratual.

1.3.5. Do ponto de vista da gestão e do planejamento, o prazo inicial de 24 meses confere maior previsibilidade orçamentária e operacional, favorecendo a organização das escalas de trabalho, a manutenção do efetivo mínimo necessário e o acompanhamento contínuo dos indicadores de desempenho, sem prejuízo dos mecanismos de fiscalização, avaliação e eventual rescisão previstos em lei.

1.3.6. Ressalte-se, por fim, que a definição do prazo contratual não afasta o dever de observância aos limites legais nem restringe o exercício das prerrogativas da Administração, permanecendo assegurada a

possibilidade de rescisão unilateral, aplicação de sanções ou ajustes contratuais, caso constatado descumprimento das obrigações pactuadas.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é uma necessidade permanente e voltado para a segurança, combate e prevenção de incêndios para manutenção da atividade administrativa, tendo em vista as informações constantes do Estudo Técnico Preliminar, a exceção do item 3, que será contratado sob demanda.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Para fins de preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, deverão ser observados, como valores mínimos, aqueles previstos na Convenção Coletiva de Trabalho DF000032/2026 (SEI nº 72522726) para os subitens Salário-Base, Adicional de Periculosidade e Auxílio-Alimentação, admitida a adoção de valores superiores, caso a convenção coletiva vinculada à atividade preponderante da licitante assim estabeleça.

1.6.1. A licitante deverá, no mínimo, considerar os demais custos previstos na convenção coletiva à qual esteja vinculada, observado que a Planilha de Custos e Formação de Preços é composta por outros módulos e por diversos subitens, os quais influenciam diretamente na composição e diferenciação das propostas.

1.6.2. A fixação de valores mínimos exclusivamente para os subitens Salário-Base, Adicional de Periculosidade e Auxílio-Alimentação obedece ao Decreto nº 12.274/2024 e a IN SEGES/MGI nº 176/2024 e não compromete a competitividade do certame, uma vez que a contratação de serviços com disponibilização de mão de obra envolve múltiplos componentes de custo, tais como encargos sociais, custos indiretos, lucro, uniformes, equipamentos e demais insumos, que permanecem livres à estruturação conforme a política interna de cada empresa.

1.7. A Convenção Coletiva de Trabalho DF000032/2026 (SEI nº 72522726) foi utilizada pela Administração apenas como parâmetro técnico para elaboração da planilha estimativa, não vinculando as licitantes, que poderão adotar a convenção coletiva correspondente à sua atividade preponderante na formulação de suas propostas.

1.8. Deverá ser observado o valor mínimo de R\$ 526,64, nos termos do Decreto nº 12.174, de 2024, ainda que a licitante esteja vinculada a convenção coletiva de trabalho que preveja montante inferior. Na hipótese de a convenção coletiva à qual a licitante esteja vinculada estabelecer valor superior, deverá este ser adotado como referência para a elaboração da proposta. Além do valor deverá ser observado, por todos os licitantes, o percentual de provisão de 20% para o reembolso-creche.

1.8.1. Para fins de estimativa de preços, o valor do Auxílio-Creche consignado na planilha de custos (R\$ 105,32) foi calculado considerando-se a proporção de 20% (vinte por cento) dos empregados alocados na contratação, em observância aos parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 2026. Dessa forma, o valor estimado corresponde à aplicação do percentual de 20% sobre o benefício integral previsto no Decreto (R\$ 526,64).

1.8.2. O valor de referência do Auxílio-Creche somente poderá ser alterado na proposta caso a Convenção Coletiva de Trabalho vigente à época da apresentação da proposta estabeleça benefício em valor superior ao considerado pela Administração.

1.8.3. Na hipótese prevista no item anterior, a licitante deverá recalcular o valor a ser consignado na planilha mediante a aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor integral do Auxílio-Creche previsto na respectiva Convenção Coletiva de Trabalho, mantendo-se a mesma metodologia adotada pela Administração para todos os postos de trabalho.

1.8.4. Não será admitida a utilização de percentual diverso daquele definido pela Administração, tampouco a adoção de metodologia de cálculo distinta da prevista neste Termo de Referência.

1.8.5. Eventuais inconsistências no preenchimento não ensejarão, por si só, a desclassificação da proposta, desde que seja possível sua correção mediante remanejamento interno de custos entre outros itens da planilha, sem alteração do valor global originalmente ofertado.

1.9. É vedada a inclusão, na Planilha de Custos e Formação de Preços, de benefícios que impliquem ônus direto à Administração Pública como tomadora de serviços, quando desprovidos de amparo legal, conforme entendimentos consolidados nos Pareceres da Advocacia-Geral da União constantes do (SEI nº 70662842).

1.9.1. Em razão desse entendimento, a planilha estimativa elaborada pela Administração não contempla, como benefícios repassáveis, o plano ambulatorial, a assistência odontológica e o auxílio lazer/cultura, previstos, respectivamente, nas cláusulas 14ª, 15ª e 18ª da Convenção Coletiva de Trabalho DF000032/2026 (SEI nº 72522726).

1.9.2. A exclusão desses benefícios da planilha não impede que a empresa contratada, por liberalidade ou por força de instrumento coletivo aplicável, ofereça tais vantagens aos seus empregados, reconhecendo-se a relevância social dessas medidas.

1.9.3. Caso a convenção coletiva vinculada à atividade preponderante da contratada imponha a concessão de plano ambulatorial e/ou assistência odontológica, caberá exclusivamente à empresa assegurar tais benefícios, observadas as condições previstas no respectivo instrumento coletivo, inclusive quanto à eventual coparticipação dos empregados, desde que haja adesão expressa.

1.9.4. Nessas hipóteses, as despesas decorrentes deverão ser absorvidas pela contratada no âmbito de seus **CUSTOS INDIRETOS**, não podendo ser automaticamente repassadas ou imputadas à Administração Pública.

1.9.5. Tal diretriz preserva os princípios da legalidade, da economicidade e da onerosidade mínima ao erário, evitando a transferência de encargos sem previsão legal específica, ao mesmo tempo em que resguarda a autonomia empresarial para estruturar suas políticas internas de pessoal.

1.10. O modelo de proposta disponibilizado pela Administração é composto por diversas abas integradas, destinadas à formação dos preços, à gestão da execução contratual e ao processamento dos pagamentos durante a vigência do contrato.

a) **Aba “Brigadista Diurno**: destinada ao cálculo do valor mensal do posto de trabalho executado sob regime de contratação continuada para Brigadista Diurno;

b) **Aba “Brigadista Líder**: destinada ao cálculo do valor mensal do posto de trabalho executado sob regime de contratação continuada para Brigadista Líder;

c) **Aba Brigadista por Demanda**: destinada ao cálculo do custo do posto utilizado em contratações sob demanda, sendo o pagamento efetuado proporcionalmente ao período efetivamente indicado na respectiva Ordem de Serviço;

d) **Aba Materiais, Insumos e Uniformes**: contém a relação completa dos Insumos para Consumo Imediato, Insumos Duráveis, Equipamentos, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e Uniformes previstos para a execução contratual, bem como os respectivos prazos de depreciação utilizados para composição dos custos, considerando que o pagamento desses itens será realizado com base na depreciação estimada;

e) **Aba Cálculo Auxílio-Creche**: destinada ao registro, pela fiscalização contratual, dos valores efetivamente devidos a título de Auxílio-Creche, permitindo o cálculo do reembolso mensal conforme os comprovantes apresentados pela contratada;

f) **Aba Ordem de Fornecimento Contínuo**: destinada ao registro dos insumos efetivamente demandados para os postos contratados de forma continuada, servindo de base para o cálculo mensal dos valores devidos;

g) **Aba “Ordem de Fornecimento Sob Demanda**: destinada ao registro dos insumos efetivamente demandados nas contratações realizadas por Ordem de Serviço, servindo de base para o cálculo dos valores devidos em cada demanda específica.

1.11. As licitantes deverão preencher exclusivamente as células destacadas na cor amarela, sendo vedada a alteração das fórmulas, referências, vínculos, critérios de cálculo ou demais campos protegidos da planilha. A modificação indevida das fórmulas ou da estrutura do modelo de proposta poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a necessidade de saneamento, conforme o caso.

1.11.1. A célula referente ao auxílio-creche foi mantida como editável, contudo as disposições acima indicadas deverão ser respeitadas.

1.11.2. A rubrica referente ao "Substituto na Cobertura de Férias" não foi disponibilizada para preenchimento na planilha de custos da presente contratação.

1.11.2.1. Tal procedimento decorre do fato de que, nos termos da legislação trabalhista, o empregado somente adquire o direito ao gozo de férias após o cumprimento do respectivo período aquisitivo de 12 (doze) meses de trabalho. Dessa forma, durante o primeiro ano de execução contratual não haverá necessidade ordinária de substituição dos empregados em razão de férias decorrentes do vínculo estabelecido para atendimento deste contrato.

1.11.2.2. Considerando que a planilha de formação de preços tem por objetivo refletir os custos efetivamente incorridos na execução contratual, a inclusão de custos relacionados à cobertura de férias desde o início da contratação acarretaria a remuneração antecipada de despesa que não se materializará durante o primeiro período contratual, resultando em potencial sobrepreço e afronta ao princípio da economicidade.

1.11.2.3. Ressalta-se que a presente sistemática não afasta o direito dos trabalhadores às férias legalmente previstas, tampouco exime a contratada de adotar as providências necessárias para assegurar a continuidade da prestação dos serviços quando do surgimento do direito ao gozo das férias.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394494010441-0-000025/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 07/06/2024;
- III) Id do item no PCA: 285;
- IV) Classe/Grupo: 852;
- V) Identificador da Futura Contratação: 200109-135/2025;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos estabelecidos na Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 1, de janeiro de 2010 e alterações posteriores (critérios de sustentabilidade).

4.1.2. Realização de programa de conscientização de seus empregados quanto a redução do consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

4.1.3. É obrigação da contratada destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

4.1.4. A contratada deverá respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando tecnologias e materiais ecologicamente corretos, atendendo aos critérios de sustentabilidade.

4.1.5. Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental.

4.1.6. A contratada deverá observar a Resolução CONAMA nº 401/2008 (Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências), para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.

4.1.7. A contratada deverá utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição.

4.1.8. A contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

4.1.9. São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de brigadistas no quadro da empresa.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cincopor cento) do valor ANUAL da contratação dos itens 1 e 2.

4.3.1. Para fins de cálculo da garantia contratual, não será considerado o Item 3, tendo em vista que sua execução ocorrerá exclusivamente sob demanda da Administração.

4.3.2. Tal parcela possui natureza eventual, incerta e temporária, não havendo garantia de sua efetiva utilização durante a vigência contratual, tampouco sendo possível prever, com precisão, o quantitativo de ordens de serviço que serão emitidas. Diferentemente dos postos contratados de forma continuada, cuja execução é certa e permanente, os serviços previstos no Item 3 dependem exclusivamente da superveniência de necessidades específicas da Administração.

- 4.3.3. Nesse contexto, a inclusão dos valores estimados para contratação sob demanda na base de cálculo da garantia contratual resultaria em exigência desproporcional, obrigando a contratada a apresentar garantia sobre parcela meramente estimativa, cuja execução pode não ocorrer ou ocorrer apenas parcialmente durante a vigência do ajuste.
- 4.3.4. A adoção da presente sistemática prestigia os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, evitando a imposição de custos financeiros desnecessários aos licitantes, os quais, de outra forma, seriam compelidos a contratar garantia em valor superior àquele correspondente à sua remuneração ordinária e efetivamente contratada.
- 4.3.5. Embora a legislação faça referência ao valor da contratação como parâmetro para a fixação da garantia, é necessário interpretar essa expressão à luz da estrutura efetiva do objeto contratado e da finalidade da garantia. No presente caso, os itens contratados possuem naturezas distintas: os Itens 1 e 2 correspondem aos postos de execução continuada, enquanto o Item 3 possui execução exclusivamente sob demanda, eventual e temporária.
- 4.3.6. A utilização do valor estimado do Item 3 na base de cálculo da garantia poderia distorcer o montante efetivamente adequado à cobertura dos riscos contratuais permanentes. Isso porque os preços unitários do Item 3 podem ser superiores aos dos postos continuados, em razão das características específicas da contratação eventual, fazendo com que uma parcela meramente estimativa e incerta eleve artificialmente o valor da garantia exigida.
- 4.3.7. Em termos práticos, a inclusão do Item 3 poderia levar a Administração a exigir garantia calculada sobre um cenário máximo hipotético, e não sobre a ordinária e efetivamente contratada para a execução contínua do objeto. Tal situação acarretaria oneração financeira desnecessária aos licitantes, sem correspondente incremento proporcional da proteção ao interesse público.
- 4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.4.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.4.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.9.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado, quando se tratar de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

4.10. Nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.22.1 Nos casos referidos no item anterior, o pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.12.1. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada .

4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A15] .

4.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.15.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.15.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.16.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.16.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.16.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação:

(1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias; ou

(2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.20. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **09:00** horas às **16:00** horas.

4.21. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.22. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.23. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.24. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.25. A descrição da solução é padronizada na Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009 que dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil e dá outras providências. Como também nas NT 02 e NT 07 do CBMDF, que define os riscos de incêndios para as edificações e estabelece o dimensionamento da brigada de incêndio e da outras providências, respectivamente.

4.26. Em consonância com a legislação e normas que regulam o processo licitatório e visando a racionalização e eficácia da gestão, controle e fiscalização contratual, a contratação dos serviços brigada de incêndio deve considerar os seguintes requisitos básicos, que serão depurados ao longo deste Estudo Técnico Preliminar e/ou refletidos nas exigências do Termo de Referência:

a) contratação de empresa especializada e com experiência comprovada e devidamente credenciada, ao tempo da contratação;

b) desenvolvimento das atividades relacionadas aos serviços nas dependências dos Órgão;

c) exigência de garantia de execução contratual que contemple também a cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e/ou previdenciária pela empresa contratada, com validade durante a vigência do contrato e mais 90 (noventa) dias após o seu encerramento;

d) depósito pela contratada, em periodicidade mensal, de parte dos valores mensais correspondentes às férias, décimo-terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados alocados na execução dos serviços, em conta de depósito vinculada, com movimentação condicionada à autorização dos órgãos ou entidades contratantes, conforme disciplina na INSEGES nº 5/2017;

e) vedação da participação de cooperativas no processo licitatório, em consonância com o Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público da União - MPU e a União, representada pela AGU, em 5 de junho de 2003;

f) estabelecimento de indicadores de desempenho para medição dos resultados da empresa contratada na execução do serviço; e

g) quantificação de empregados terceirizados necessários para o desenvolvimento dos serviços a serem licitados estabelecida pelos órgãos e entidades contratantes

4.27. Será admitida a participação de empresas em consórcio, observadas as disposições do art. 15, §3º, inciso III, e do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, bem como as seguintes condições:

a) As empresas consorciadas deverão comprovar a existência de compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos representantes legais das empresas participantes, estabelecendo, entre outros, o objeto do consórcio, a designação da empresa líder, a responsabilidade solidária das consorciadas e a quota de participação de cada uma no objeto licitado;

b) Cada empresa consorciada deverá apresentar documentação de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica de forma individual;

c) A comprovação da qualificação econômico-financeira poderá ser atendida pelo conjunto das consorciadas, desde que a soma dos capitais sociais ou patrimônios líquidos alcance o percentual exigido neste edital;

d) Não será permitida a participação de empresa consorciada em mais de um consórcio ou individualmente e, simultaneamente, como integrante de consórcio;

e) O consórcio vencedor deverá, antes da assinatura do contrato, comprovar sua constituição formal mediante instrumento público ou particular registrado no órgão competente.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 dias da assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: o objeto compreenderá a execução dos serviços na área de prevenção contra incêndio e pânico, abandono de edificação, o desenvolvimento e manutenção de boas práticas e métodos preventivos para a segurança do trabalho nas dependências da Contratante, localizadas nas instalações objeto do contrato, bem como a elaboração e atualização de Plano de Prevenção, Combate a Incêndio e Abandono - PPCIA, por meio do fornecimento e atuação de Brigada de Incêndio Particular (Bombeiro Civil) devidamente constituída, certificada e capacitada, e fornecimento de materiais e equipamentos previstos no Termo de Referência.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: Os serviço terão turnos de 12 horas por 36 de descanso e, durante o trabalho os plantonistas farão rondas em todas as instalações conferindo cada item integrante do sistema de combate a incêndio constando tal feito no relatório diário. Ao fim de cada mês apresentarão ao fiscal do contrato uma planilha da situação dos itens vistoriados, como por exemplo, extintores, mangueiras, esguichos, equipamentos de primeiro socorros dentre outros. Além da rotina a brigada ainda será o suporte para atendimentos de emergência para acidentes ou incidentes com pessoas no prédio seja por ferimentos, mal súbito ou qualquer outro atendimento pré-hospitalar;

5.1.4. Etapa de rotina :

5.1.4.1. Rotinas Diárias:

I. Verificar/Inspeccionar:

- a) a existência e as condições de operacionalidade dos equipamentos de combate a incêndio e de proteção individual;
- b) o estado geral de extintores (colocação, desobstrução, difusor, punho, mangueira, gatilho, grampo de segurança, lacre, suporte, etiqueta e pressão);
- c) o estado geral hidrantes, das mangueiras e dos respectivos esguichos;
- d) o estado das caixas de incêndio (portas, registros, juntas de união, mangueiras, esguichos e suportes);
- e) as condições gerais dos extintores, bem como a sinalização e desobstrução do acesso a esses equipamentos;
- f) se há superaquecimento dos dispositivos elétricos existentes nas centrais de ar condicionado, seguindo as orientações da Contratante, se o sistema estiver ligado fora do horário normal de expediente, por esquecimento;
- g) em dias de chuva, se as janelas estão fechadas, especialmente as localizadas próximas às tomadas de parede e de piso, aos equipamentos de ar condicionado e de processamento de dados estão fechadas, visando eliminar danos às instalações prediais e riscos em decorrência dos componentes energizados;
- h) toda área externa que possa confrontar com postos de abastecimento de combustíveis e ou empresas que manipulam produtos inflamáveis;
- i) as rotas de fuga do edifício, incluindo a manutenção de sua liberação e sinalização;
- j) as tubulações de sprinklers, válvulas e eletrobombas;
- k) o estado de alarme manual de incêndio (vidro, martelete, corrente);
- l) vãos de corredores, saídas de emergência e áreas de circulação, notificando obstruções à fiscalização, imediatamente;
- m) o fechamento de dependências que devem permanecer fechadas, conforme as indicações recebidas;
- n) os quadros de distribuição de energia elétrica;
- o) o desligamento de luminárias dos ambientes que não estiverem sendo utilizados, inclusive finais de semana e feriados;
- p) tomadas de piso, tampando-as devidamente, a fim de que sejam evitados problemas elétricos;
- q) o desligamento de equipamentos como ventiladores, rádios, TV, aparelhos de vídeo, microcomputadores, entre outros, que não estiverem sendo utilizados, com exceção daqueles equipamentos que não podem ser desligados, de acordo com as instruções da Contratante;
- r) avaliar, comunicar à Contratante e controlar os riscos existentes;

5.1.4.1.2. Executar o serviço de diário de ronda, nos períodos matutino, vespertino e noturno, em todas as áreas da edificação, visando detectar possíveis situações que possam por em risco a integridade física dos empregados e do patrimônio público e a manutenção das condições de segurança do prédio, identificando os pontos de risco de incêndio e pânico e suas devidas correções, devendo observar, ainda, que:

- a) as rondas serão realizadas com intervalos máximos de 2 (duas) horas entre as mesmas;

b) as rondas incluem a inspeção do perímetro da edificação para averiguar possíveis emissões de gases, vapores químicos e vapores orgânicos, que possam atingir a captação externa do sistema de climatização da edificação;

c) as irregularidades eventualmente constatadas serão lançadas em livro de ocorrência;

5.1.4.1.3. Anotar em livro de ocorrências o horário em que foi desligado o sistema de refrigeração dos pavimentos e ambientes, quando, por necessidade de serviço, permanecer ligado após o horário de expediente, a fim de permitir um acompanhamento e avaliação por parte da Contratante.

5.1.4.1.4. Registrar as eventuais falhas ocorridas nos equipamentos, com indicação do horário de acontecimento, forma inicial de comunicação utilizada, fato motivador e horário do saneamento dos problemas, bem como de qualquer anormalidade verificada, imediatamente, devendo as anotações serem realizadas em livro de ocorrência e comunicadas por e-mail ao fiscal do contrato ou outro meio, nas situações excepcionais em que haja indisponibilidade de microcomputador para acesso ao sistema, informando-as à Contratante, para acompanhamento pela fiscalização do contrato;

5.1.4.1.5. A cada troca de turno, verificar os equipamentos permanentes e de uso pessoal colocados à sua disposição, e de imediato, apontar eventuais irregularidades antes de assumir o serviço;

5.1.4.1.6. Fechar as válvulas/registros dos sistemas de sprinklers, para limitação dos danos causados pela ação da água, quando for o caso;

5.1.4.1.7. Testar válvulas de governo de cada pavimento;

5.1.4.1.8. Drenar o sistema de pressurização.

5.1.4.2. Rotina Mensal:

5.1.4.2.1. Emitir relatório mensal consolidando as informações das atividades prestadas no período e apontando, pelo menos, os seguintes fatos:

a) irregularidades encontradas nos sistemas de proteção contra incêndio e pânico;

b) riscos identificados;

c) emergências atendidas;

d) exercícios simulados;

e) treinamentos promovidos.

5.1.4.3. Rotina Semestral:

5.1.4.3.1. Realizar minuciosa vistoria para avaliar a situação da edificação, no que diz respeito à prevenção e combate a incêndio, e, com base nas observações realizadas, produzir um relatório técnico discorrendo, dentre outros, sobre os seguintes assuntos:

a) Análise de Risco do Prédio

b) Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio

c) Sistema de Escape

d) Brigada de Incêndio

e) Conclusão

5.1.4.4. Exercícios simulados:

5.1.4.4.1. Contratada estará obrigada a definir os procedimentos para exercícios simulados e divulgar para a população fixa da edificação;

5.1.4.4.2. Realizar os exercícios simulados, no mínimo anualmente, com a participação de toda a população presente na edificação, devendo estabelecer a periodicidade mais adequada ao treinamento a Brigada de Incêndio em suas atribuições e a população para o abandono seguro da edificação;

5.1.4.4.3. Divulgar à equipe da brigada de incêndio e entregar à Contratante relatório elaborado pelo Mestre (supervisor) da Brigada de Incêndio, contendo, no mínimo:

- a) Dia e Horário do evento;
- b) Tempo gasto no abandono;
- c) Tempo gasto no retorno;
- d) Tempo gasto no atendimento de primeiros socorros;
- e) Desempenho da Brigada de Incêndio:
 - e.1) Grau de conhecimento do PPCIA;
 - e.2) Eficiência na utilização dos sistemas de proteção;
 - e.3) Condição física para desempenho das atribuições;
 - e.4) Controle emocional;
 - e.5) Liderança e condução da população ao local seguro;
 - e.6) Cooperação com o Corpo de Bombeiros, Polícia, Defesa Civil, etc.
- f) Comportamento da população;
- g) Tempo de chegada do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;
- h) Falhas dos sistemas de proteção e outros equipamentos;
- i) Dificuldades para abandono da edificação;
- j) Falhas operacionais da Brigada de Incêndio;
- k) Outros identificados pela Brigada de Incêndio;
- l) Executar Plano de Auxílio mútuo - PAM.

5.1.4.5. Ações de emergência:

5.1.4.5.1. A Contratada estará obrigada à:

5.1.4.5.1.1. Identificar situações de emergência;

5.1.4.5.1.2. Atender, imediatamente, a qualquer chamado de emergência dentro das dependências da Contratante, no âmbito da competência de atuação da brigada, e, na área externa quando necessário;

5.1.4.5.1.3. Auxiliar no abandono da população da edificação adotando as técnicas de abandono de área, orientando os ocupantes do edifício em relação às saídas de emergência, indicando-lhes as que tiverem maior facilidade de escape em relação à ocorrência e obedecendo ao plano de escape planejado para o edifício;

- 5.1.4.5.1.4. Acionar imediatamente o CBMDF, independentemente de análise de situação, solicitando seu comparecimento, recebendo, acompanhando e orientando o comandante do socorro;
- 5.1.4.5.1.5. Estar sempre em condições de auxiliar o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, por ocasião de sua chegada, no sentido de fornecer dados gerais a edificação, bem como, promover o rápido e fácil acesso aos dispositivos de segurança;
- 5.1.4.5.1.6. Verificar a transmissão do alarme aos ocupantes;
- 5.1.4.5.1.7. Combater os incêndios em sua fase inicial, de forma que possam ser controlados por meio de extintores ou mangueiras de incêndio da própria edificação e onde não haja a necessidade de uso de equipamentos de proteção individuais específicos (equipamentos autônomos de proteção respiratória, capas de aproximação etc);
- 5.1.4.5.1.8. Auxiliar no abandono da população da edificação adotando as técnicas de abandono de área;
- 5.1.4.5.1.9. Fazer com que o local de pânico e/ou risco, seja evacuado no menor tempo possível, quando necessário;
- 5.1.4.5.1.10. Atuar no controle de pânico;
- 5.1.4.5.1.11. Agir de maneira rápida, enérgica e convincente em situações de urgência e emergência;
- 5.1.4.5.1.12. Realizar os primeiros socorros a feridos e demais vítimas de acidentes;
- 5.1.4.5.1.13. Dar assistência pré-hospitalar, em qualquer situação, aos usuários e empregados dos edifícios onde são prestados os serviços.
- 5.1.4.5.1.14. Interromper o fornecimento de energia elétrica e gás liquefeito de petróleo, quando da ocorrência de sinistro;
- 5.1.4.5.1.15. Desligar os alarmes de incêndio depois de atendida a ocorrência;
- 5.1.4.5.1.16. Realizar a retirada de materiais para reduzir as perdas patrimoniais devido a sinistros.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Sede PRF, SPO, 70610-909, Brasília - DF;

5.2.1. Poderão ser alterados e/ou incluídos novos endereços pelo órgão ou entidade contratante, desde que a localização esteja dentro do Distrito Federal, não haja ônus extra à CONTRATADA e seja formalizada por termo aditivo.

5.2.1.1. Eventual e excepcionalmente, o serviço objeto desta contratação poderá ser realizado em outra unidade da Polícia Rodoviária Federal no Distrito Federal, em razão da ocorrência de evento específico que justifique tal necessidade, desde que previamente informado à CONTRATADA.

5.2.1.2. Nessa hipótese, o transporte dos profissionais até o local de execução será provido pela Administração, que arcará com os respectivos custos logísticos.

5.2.1.3. Todavia, tal providência não implica assunção, pela Administração, de qualquer responsabilidade por acidentes, incidentes, danos pessoais, materiais ou de qualquer outra natureza decorrentes do deslocamento, permanecendo tais riscos integralmente sob responsabilidade da contratada, a quem incumbe manter todas as coberturas securitárias, medidas de segurança e obrigações trabalhistas pertinentes.

5.2.1.4. A prestação do serviço em unidade diversa da originalmente indicada, nas condições aqui previstas, não será considerada alteração contratual, tratando-se apenas de variação operacional dentro do escopo inicialmente contratado, não ensejando, portanto, reequilíbrio econômico-financeiro ou aditamento contratual.

5.3. Os serviços objeto deste Termo de Referência serão prestados no período diurno, das 07h às 19h, de segunda a sexta-feira, respeitadas as jornadas e os intervalos legalmente estabelecidos.

5.3.1. Aos sábados e domingos, em razão da inexistência de expediente administrativo regular, a execução dos serviços ocorrerá com equipe reduzida, composta por 2 (dois) brigadistas aos sábados e 2 (dois) brigadistas aos domingos, com o objetivo de assegurar a cobertura mínima necessária às atividades essenciais e à segurança das instalações.

5.3.2. A prestação dos serviços aos domingos deverá observar integralmente a legislação trabalhista vigente, sendo obrigatória a adoção de escala de revezamento entre os brigadistas, de forma a garantir o cumprimento dos direitos trabalhistas, não sendo admitida a alocação contínua dos mesmos profissionais nesse dia.

5.3.3. Havendo a realização de evento específico na unidade aos sábados ou domingos, a Administração poderá solicitar a presença de todo o efetivo de brigadistas nesse dia. Nessa hipótese, os profissionais ficarão dispensados do comparecimento no outro dia do fim de semana, no qual não haverá expediente regular nem a realização de eventos no órgão.

5.3.4. O Chefe de Brigada atuará no período diurno, em jornada de 6 (seis) horas diárias, sendo que, no início da execução contratual, o horário mais adequado será pactuado em conjunto com a fiscalização, podendo ser ajustado ao longo da vigência do contrato, sempre com vistas à melhor execução dos serviços e ao atendimento do interesse público, desde que não haja o horário não enseje o pagamento de adicional noturno.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Anexo VI - Caderno de Especificações de Insumos (SEI 71175831).

5.4.1. A Tabela 1 do Anexo trata dos insumos destinados aos socorristas, classificados como materiais de consumo imediato, utilizados exclusivamente quando há efetiva intervenção dos brigadistas.

5.4.2. Esses itens integram o pagamento mensal no primeiro mês de execução contratual, a título de disponibilização inicial, e, nos meses subsequentes, somente quando houver demanda formal da Administração.

5.4.3. O fornecimento ocorrerá mediante Ordem de Fornecimento emitida pelo gestor do contrato, que poderá abranger todos os itens da tabela ou apenas aqueles efetivamente utilizados no período.

5.4.4. Os materiais deverão ser entregues até o dia 05 do mês subsequente ao da utilização ou da solicitação e, em situações excepcionais, como consumo súbito decorrente de ocorrência emergencial, poderá ser solicitada entrega antecipada.

5.4.5. Sempre que houver despesa mensal, os valores dos itens efetivamente entregues deverão ser lançados no respectivo mês na Planilha de Custos e Formação de Preços, sendo vedada a cobrança por materiais não demandados.

5.4.6. Esses itens constam do Módulo 5 (Insumos Diversos da Planilha de Custos e Formação de Preços), a qual deverá ser atualizada mensalmente com base na Ordem de Fornecimento, considerando a incidência integrada de custos indiretos, lucro e tributos, garantindo a fidedignidade dos valores faturados.

5.4.7. A informação completa encontra-se no Anexo VI - Caderno de Especificações de Insumos (SEI 71175831).

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Prédio central;

5.5.2. Centro de eventos; e

5.5.3. População fixa entre 501 e 1.000 pessoas.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.7. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto no Anexo VI - Caderno de Especificações de Insumos (71175831).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto, entretanto, deverá assegurar o comparecimento deste, no mínimo, uma vez por semana e sempre que solicitado pela Administração, a fim de atender às demandas relacionadas à supervisão e à adequada execução do contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. Interação com os trabalhadores;

6.16.2. Materiais; e

6.16.3. Documentação mensal.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.20. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.21. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.22. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.23. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.24. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.25. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.26. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.27. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.27.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.27.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.27.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.27.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.28. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:

6.28.1. O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;

6.28.2. O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;

6.28.3. O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e

6.28.4. Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.29. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.30. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.30.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.30.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.33.1. Deverá, **ao menos trimestralmente**, realizar consulta à Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social e à Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes, disponíveis no sítio eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego: <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/>.

6.33.2. Constatada eventual irregularidade ou ausência de regularidade na emissão das referidas certidões, a Contratada deverá ser formalmente notificada para, no prazo máximo de 10 (dez) dias, adotar as providências necessárias à sua regularização, de modo a possibilitar a juntada da certidão válida e atualizada aos autos do processo contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis em caso de descumprimento.

6.34. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.35. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.35.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.35.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.35.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.35.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.35.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.35.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.35.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.35.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.35.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.35.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.35.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.35.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.35.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.35.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.35.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.35.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.35.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.35.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.35.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.35.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.35.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.35.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.36. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.37. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.38. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.39. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.40. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.41. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.42. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.43. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.45. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

6.46. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.47. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.48. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.49. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.50. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.51. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.52. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.53. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.54. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.55. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges /Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.56. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.57. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.57.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.57.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.[A10]

6.58. As compensações de jornada limitam-se:

6.58.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.58.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.59. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

6.60. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.

- 6.61. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.
- 6.62. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.
- 6.63. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.
- 6.64. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.
- 6.65. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:
- 6.65.1. até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;
 - 6.65.2. em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 6.66. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.
- 6.67. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

Gestor do Contrato

6.68. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.68.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.68.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.68.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.68.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.68.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.68.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.68.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.68.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.69. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

6.70. A Contratante providenciará o desconto, na fatura a ser paga, do valor global pago a título de vale-transporte relativo aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentada pelo Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021.

DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

6.71. No caso de faltas não justificadas e sem substituição, além do desconto do auxílio-transporte e do auxílio-alimentação, caberá também o desconto referente ao dia não trabalhado.

6.71.1. Para fins de cálculo, os valores correspondentes ao salário-base e ao adicional de periculosidade constantes no holerite do empregado deverão estar refletidos, de forma clara e individualizada, e estes valores deverão ser inseridos na Planilha de Custos e Formação de Preços, a fim de possibilitar o cálculo, pela Administração, do valor efetivamente devido por aquele posto de trabalho.

6.71.2. Todos os descontos previstos no contrato devem ser calculados reduzindo ou zerando os valores na planilha de custos que norteia a proposta da empresa, respeitadas as repactuações. Esta abordagem é necessária porque itens como Lucro e Custo Indireto têm seu cálculo baseado nos valores dos demais itens da planilha de custos. Assim, para assegurar a correta aplicação dos descontos e a integridade da composição dos preços, é fundamental que a redução seja refletida diretamente nos componentes da planilha, mantendo a coerência dos cálculos financeiros e a transparência na gestão do contrato.

6.71.3. Caso a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) venha a prever reajustes salariais proporcionais vinculados à data de ingresso do funcionário nos quadros da empresa, a contratada, para a aplicação prática e justa, deverá garantir que todos os funcionários recebam o reajuste integral, independente da data de ingresso.

6.71.3.1. Esta medida encontra justificativa sólida na Constituição Federal, pois muito embora seja possível a aplicação de remunerações distintas, se os reajustes são aplicados de forma proporcional, vinculados à data de ingresso, isso pode criar uma disparidade salarial e a carta magna consagra o princípio da igualdade, garantindo que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

6.71.3.2. Em termos práticos, a aplicação proporcional pode gerar uma série de problemas no contexto da administração do contrato, pois imagine um cenário onde dois funcionários desempenham a mesma função, mas um deles, por ter sido contratado antes, recebe um reajuste maior que o outro. Outro cenário problemático é quando um substituto eventual, contratado para cobrir temporariamente um funcionário efetivo, acaba recebendo um salário maior, pois ao funcionário efetivo foi aplicado um reajuste proporcional calculado a partir de uma data base diferente.

6.71.3.3. Ainda, um recém-contratado durante a vigência da data base pode ter um salário maior que um funcionário efetivo que está há mais tempo na empresa.

6.71.3.4. Essas diferenças salariais para cargos iguais ou equivalentes criam uma sensação de injustiça e descontentamento entre os funcionários terceirizados e as disparidades salariais para o mesmo cargo, em tese, podem não só violar os princípios de equidade e igualdade, mas também complicam a gestão do contrato, expondo o órgão público a riscos de litígios decorrentes de eventuais alusões ao descumprimento de normas trabalhistas.

6.71.3.5. Além disso, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelece em seu art. 461 que "sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo". Isso reforça a necessidade de tratamento isonômico para funções equivalentes. Além disso, encontramos orientação na Súmula nº 159 do TST, que afirma: "Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do empregado substituído". Essa situação ilustra que o substituto, em casos não eventuais, deve receber salário igual ao do substituído, e não maior, o que reforça a necessidade de evitar práticas que resultem em disparidades salariais injustas

6.71.3.6. A aplicação de reajustes proporcionais pode, assim, acarretar um clima organizacional negativo, com a potencial insatisfação entre os empregados que se sentem desvalorizados em relação aos colegas com mais tempo de empresa ou mesmo temporários. Tal insatisfação afeta a produtividade e o ambiente de trabalho, além de aumentar a rotatividade, o que resulta em custos adicionais e perda de eficiência para a empresa.

6.71.3.7. Portanto, a adoção do reajuste salarial integral para todos os funcionários, independente da data de ingresso, além de alinhar-se com os preceitos constitucionais e legais de igualdade e isonomia, promove um ambiente de trabalho mais justo e harmonioso, prevenindo conflitos e insatisfação entre os funcionários, e facilitando a gestão dos contratos.

Avisos Prévios Trabalho e Indenizado

6.72. No primeiro ano de contratação, a parcela mensal referente ao aviso prévio trabalhado e indenizado será calculada com base no percentual inicial especificado na planilha de formação de preços, que fundamentará a proposta da licitante.

6.73. Na eventual prorrogação do contrato, desde que não tenham ocorrido demissões que resultassem em despesas para a contratada com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado, a administração procederá à redução do percentual incluído na proposta desses itens para 10%, o que corresponde ao acréscimo de 3 (três) dias por ano de serviço, conforme estipulado pela Lei nº 12.506 /2011.

6.74. A adequação dos percentuais mencionados no subitem anterior deverá ser formalizada por meio de termo aditivo.

6.75. Para contratos cuja duração ultrapasse 12 meses, a revisão dos percentuais de aviso prévio trabalhado (APT) e aviso prévio indenizado (API) deverá ocorrer no aniversário do contrato.

6.76. Se, durante o primeiro ano de contratação, ocorrerem despesas referentes ao aviso prévio trabalhado e/ou indenizado, tais custos originários devem ser mantidos na planilha de formação de preços exclusivamente para os postos onde essas despesas se verificaram.

6.77. Se nos anos subsequentes houver demissões, por ocasião do aniversário do contrato, os percentuais relativos ao aviso prévio indenizado (API) e ao aviso prévio trabalhado (APT) para os postos afetados deverão ser restituídos aos percentuais originalmente estabelecidos.

6.78. A contratada deverá notificar o órgão contratante acerca desses custos antes da prorrogação ou do aniversário do contrato, contudo não há preclusão do direito de reivindicar esses valores em caso de omissão.

Módulo 2.3 – Auxílio-Creche

6.79. A execução, pagamento e fiscalização do Auxílio Creche seguirá as diretrizes dispostas na INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /MGI Nº 147, DE 13 DE ABRIL DE 2026, ou outra que a substitua.

6.80. Nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 2026, o valor previsto no Anexo I corresponde ao limite máximo passível de reembolso por filho, enteado ou criança sob guarda judicial com até 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade, observadas as condições estabelecidas na referida norma.

6.81. A própria Instrução Normativa estabelece que o valor efetivamente devido poderá ser inferior ao limite fixado pela Administração quando o trabalhador comprovar despesas em valor menor ou quando já receber benefício semelhante decorrente de convenção coletiva de trabalho, acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa.

6.82. Dessa forma, o pagamento do benefício observará necessariamente as seguintes etapas:

I – o trabalhador deverá apresentar à contratada a documentação comprobatória das despesas passíveis de reembolso;

II – a contratada deverá analisar a documentação apresentada, verificar a elegibilidade do beneficiário, apurar o valor efetivamente devido e promover o respectivo pagamento ao trabalhador;

III – após a realização do pagamento, a contratada deverá registrar a ocorrência em seu relatório mensal de execução contratual, identificando o empregado beneficiado, o valor comprovado, o valor efetivamente pago e a documentação de suporte;

IV – somente após a comprovação da despesa pelo trabalhador, da conferência pela contratada e da efetiva quitação do benefício é que a Administração promoverá o respectivo reembolso à contratada, em sua fatura, observados os limites estabelecidos na legislação aplicável.

6.83. Assim, o valor previsto no Decreto nº 12.174, de 2024, e regulamentado pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 2026, constitui teto máximo de reembolso e não valor mínimo ou obrigatório de pagamento. Consequentemente, não haverá pagamento quando inexistir despesa elegível, quando o trabalhador não apresentar a documentação comprobatória exigida ou quando o benefício não for devido nas hipóteses previstas na regulamentação.

6.84. Nos postos contratados de forma continuada, para fins de processamento da medição mensal, a fiscalização contratual deverá registrar, no modelo de proposta, na aba denominada “Cálculo Auxílio-Creche”, o valor efetivamente devido a cada empregado, individualizado por posto de trabalho, sendo os valores automaticamente transportados para as respectivas abas de composição dos postos de Brigadista Diurno e Brigadista Líder.

6.85. Nos postos contratados sob demanda, somente será admitido o pagamento do Auxílio-Creche quando houver obrigação legal, convencional ou decorrente de acordo coletivo de trabalho que imponha sua concessão ao trabalhador efetivamente empregado na execução dos serviços.

6.86. A análise da obrigatoriedade do benefício deverá observar, entre outros instrumentos normativos aplicáveis, a Cláusula Trigésima Primeira da Convenção Coletiva de Trabalho DF000032/2026, segundo a qual o trabalhador intermitente que prestar serviços por mais de 60 (sessenta) dias ininterruptos no mesmo posto de trabalho, no mesmo endereço e com a mesma jornada, deverá ser admitido como empregado efetivo.

Módulo 3 – Provisão para Rescisão

6.87. Para os postos contratados de forma continuada, os valores constantes do Módulo 3 deverão ser mantidos integralmente durante a execução contratual, observadas as disposições específicas deste Termo de Referência acerca do Aviso Prévio Trabalhado e do Aviso Prévio Indenizado, considerados custos não renováveis.

6.88. Nos postos contratados sob demanda, o pagamento das rubricas previstas no Módulo 3 somente será devido quando a Ordem de Serviço prever a permanência do trabalhador por período superior a 60 (sessenta) dias e os empregados alocados permanecerem vinculados ao mesmo posto durante toda a execução da demanda.

6.89. A limitação prevista no item anterior decorre da Cláusula Trigésima Primeira da Convenção Coletiva de Trabalho DF000032/2026, que determina a admissão como empregado efetivo do trabalhador intermitente que prestar serviços

por mais de 60 (sessenta) dias ininterruptos no mesmo posto de trabalho, no mesmo endereço e com a mesma carga horária.

6.90. Não atendidas cumulativamente as condições previstas acima, não haverá pagamento das parcelas integrantes do Módulo 3 para os postos executados sob demanda.

Módulo 5 – Insumos, Equipamentos e Uniformes

6.91. Para os postos contratados de forma continuada, deverão ser observados todos os custos previstos nas abas de composição dos postos de Brigadista Diurno e Brigadista Líder, abrangendo:

- a) Insumos para Consumo Imediato;
- b) Insumos Duráveis;
- c) Equipamentos;
- d) Equipamentos de Proteção Individual – EPIs; e
- e) Uniformes.

6.92. Os valores referentes aos Insumos Duráveis, Equipamentos, EPIs e Uniformes permanecerão inalterados durante a vigência contratual, observados os critérios de depreciação previstos na planilha de custos.

6.93. O item “Insumos para Consumo Imediato” poderá variar mensalmente de acordo com a efetiva necessidade da Administração.

6.94. Para cálculo do valor devido mensalmente nos postos continuados, a fiscalização contratual deverá utilizar a aba “Ordem de Fornecimento Contínuo”, cujo resultado deverá ser transcrito manualmente para a linha 110 da respectiva aba de composição do posto.

6.95. Para os postos contratados sob demanda, deverão ser observados todos os custos previstos para Insumos para Consumo Imediato, Insumos Duráveis, Equipamentos, EPIs e Uniformes.

6.96. O cálculo dos Insumos para Consumo Imediato dos postos sob demanda será realizado por meio da aba “Ordem de Fornecimento Sob Demanda”, cujo resultado deverá ser registrado manualmente na linha 110 da respectiva aba de composição do posto.

6.97. O pagamento dos insumos observará exclusivamente as quantidades efetivamente demandadas pela Administração e devidamente comprovadas pela contratada.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no anexo deste TR.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

- 7.2.1. não produziu os resultados acordados,
- 7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- 7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Serviços realizados ininterruptamente; e

7.4.2. eventuais faltas não cobertas, que possam resultar em glosa de pagamento;

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para o recebimento provisório será contado a partir do recebimento, pela Administração, do relatório apresentado pela Contratada, contendo as informações necessárias à comprovação da efetiva prestação dos serviços, acompanhado de toda a documentação obrigatória correlata.

7.6.1. Ressalta-se que tal marco não se confunde com a emissão de nota fiscal ou fatura, mas sim com a entrega do conjunto de registros e evidências que possibilitarão a conferência pelos fiscais técnicos e administrativos.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período relativo ao mês comercial.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Taxa SELIC de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A9]

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reoneração gradual da folha de pagamento

7.38. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.38.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.38.2. A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

Repactuação

7.39. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.40. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.40.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.40.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.41. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.41.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.42. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, Observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.43. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.44. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.45. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.46. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.46.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.46.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja, diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.47. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.47.1. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.47.2. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.47.3. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.48. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento [**indicar o índice a ser adotado**], com base na seguinte fórmula[A19] :

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.49. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.50. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.51. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.52. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.53. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.54. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.55. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.56. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.57. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.58. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.59. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.60. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **[indicar o prazo]**, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.61. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.62. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.63. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.64. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.65. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.66. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.66.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.67. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A28]

7.67.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.67.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.67.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao

pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.67.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A29]

7.68. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A30]

Conta - Depósito Vinculada

7.69. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05 /2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.69.1. Para os itens 1 e 2 a Conta vinculada será utilizada em qualquer hipótese.

7.69.2. Para os serviços sob demanda, quando a Ordem de Serviço prever a execução dos serviços por período superior a 60 (sessenta) dias e os mesmos trabalhadores permanecerem alocados ininterruptamente no mesmo posto de trabalho durante toda a execução da demanda, a contratada deverá promover o enquadramento da relação de trabalho conforme previsto na Cláusula Trigésima Primeira da Convenção Coletiva de Trabalho DF000032/2026.

7.69.2.1. Nessa hipótese, os valores correspondentes às verbas sujeitas à sistemática de Conta-Depósito Vinculada deverão ser calculados e recolhidos normalmente para os empregados enquadrados nessa condição.

7.70. A abertura e manutenção da conta de Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação, estão sujeitos à cobrança de tarifas bancárias, nos valores estabelecidos na Tabela de Tarifas, afixada nas agências do BANCO e disponível no endereço eletrônico na internet: www.bb.com.br, na forma regulamentada pelo Banco Central do Brasil.

7.70.1. A isenção da cobrança de tarifas bancárias poderá ser negociada entre a Contratada e a Instituição Bancária (BB - Agência Governo Federal - DF 1607 - SCN Qd. 02, Bloco A, Sala 601, Ed. Corporate Financial Center - CEP 70.712-900 – Brasília/DF).

7.70.2. Os custos estimados das tarifas bancárias são de responsabilidade do contratado, podendo ser contemplados na proposta da licitante.

7.71. Caso hajam, os valores das tarifas serão somados aos valores ordinariamente descontados da fatura para depósito na Conta Vinculada e serão repassados ao Banco.

7.72. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.73. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.74. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em

nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.75. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.75.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.75.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.75.3. Multa sobre o FGTS; e

7.75.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.76. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.77. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.78. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.79. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.80. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.81. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.82. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.83. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,3% (três décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta dias) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 3% (três por cento) a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **2% (dois por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1% (um por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0.5% (meio por cento)** a **3% (três por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global, a exceção dos materiais, insumos e ao item 3, cuja execução será sob demanda, e com prazo em dias.

9.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada na Convenção Coletiva de Trabalho DF000032/2026 (SEI nº 72522726), utilizada como paradigma:

- a) salário-base no valor de R\$ 4.033,04 (quatro mil e trinta e três reais e quatro centavos) para o posto de Brigadista e de R\$ 5.013,20 (cinco mil e treze e vinte centavos) para o Brigadista Líder; e
- b) Auxílio-Alimentação no valor de R\$ 49,66 (quarenta e nove reais e sessenta e seis centavos).
- c) Adicional de Periculosidade, em 30%.
- d) Auxílio Creche de R\$ 526,64.

9.3.1 Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.3.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

9.3.3. Os valores orçados pela Administração constam da Planilha de Formação de Custos.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Ato de autorização para o exercício da atividade de prestação de serviço de brigada de incêndio, com Certificado de Credenciamento (CRD) válido e atualizado, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, nos termos do item 3.7 aa Norma Técnica no 007/2011-CBMDF (e suas atualizações), combinado ao item 4.1 da Norma Técnica nº 006/2000-CBMDF (e suas atualizações).

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do **último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.27. Independentemente do resultado dos índices de Liquidez e Solvência, com base no item 11, "b" e "c", do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n.º 05/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME n.º 98/2022, deverá ser comprovado, cumulativamente:

9.27.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor ANUAL estimado da contratação para **os itens 1 e 2**, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.27.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor ANUAL estimado da contratação para **os itens 1 e 2**, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.28. Para fins de definição dos requisitos de qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, a Administração considerou exclusivamente os Itens 1 e 2 da contratação, correspondentes aos postos de execução continuada.

9.28.1. Tal critério decorre do fato de que o Item 3 possui natureza exclusivamente eventual, sendo executado somente mediante demanda específica da Administração, sem garantia de utilização durante a vigência contratual e sem quantitativos mínimos de execução previamente assegurados.

9.28.2. A finalidade dos requisitos de habilitação consiste em verificar se o licitante possui capacidade econômica e operacional para suportar e executar as obrigações efetivamente exigíveis desde o início da contratação. Nesse contexto, os Itens 1 e 2 representam a parcela permanente do objeto, caracterizando o compromisso contratual certo e continuado que deverá ser mantido durante toda a vigência do ajuste.

9.28.3. A inclusão do Item 3 na base de cálculo dos requisitos de habilitação poderia produzir distorções na aferição da capacidade dos licitantes, uma vez que os serviços sob demanda possuem precificação própria e quantitativos meramente estimados, dependentes de futuras ordens de serviço. Em razão disso, eventual elevação do valor estimado da contratação decorrente dessa parcela não necessariamente corresponde a uma ampliação proporcional das obrigações permanentes a serem suportadas pela contratada.

9.28.4. Dessa forma, a Administração entende que a capacidade operacional e econômico-financeira necessária à adequada execução contratual é adequadamente representada pelos Itens 1 e 2, que constituem a parcela contínua, permanente e de execução obrigatória do objeto, sendo estes os referenciais adotados para o estabelecimento dos requisitos de habilitação.

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.32. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VI deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e /ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.32.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.32.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.33. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.34. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.33.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.35. Prova de atendimento aos requisitos de registro e autorização de funcionamento junto ao CBMDF, previstos na legislação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.36. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.36.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.36.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.36.1.2. Para fins de comprovação da qualificação técnica, os atestados deverão demonstrar a execução de serviços de natureza similar ao objeto licitado, sendo considerada como parcela de maior relevância a gestão técnico-operacional de

Brigada de Incêndio, abrangendo atividades como atendimento a emergências, resgate, primeiros socorros ou serviços de bombeiro civil. Não serão aceitos atestados que contemplem exclusivamente o fornecimento de mão de obra de natureza administrativa, asseio ou conservação, dada a disparidade técnica e a natureza do risco envolvido nas operações de prevenção, combate a incêndio e salvamento.

9.36.1.3. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 3 (três) postos de trabalho em regime 12x36 ou 5 (cinco) postos em outros tipos de jornada.

9.36.1.3.1. A presente exigência foi estabelecida com fundamento no art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e busca aferir a capacidade operacional mínima necessária à execução do objeto contratado.

9.36.1.3.2. Embora os Itens 1 e 2 representem a parcela de execução continuada da contratação, a Administração considerou que a simples aplicação matemática do percentual de 50% sobre os postos previstos resultaria em quantitativos fracionados, incompatíveis com a forma pela qual a experiência é normalmente demonstrada pelos licitantes.

9.36.1.3.3. No caso concreto, a contratação contempla 4 (quatro) postos em regime 12x36, cuja operacionalização demanda a disponibilização de 8 (oito) empregados, além de 1 (um) posto com jornada diferenciada. A aplicação literal do percentual de 50% resultaria em quantitativos equivalentes a 2,5 postos ou 4,5 trabalhadores, grandezas que não possuem correspondência prática e cuja comprovação por meio de atestados de capacidade técnica se mostra inviável.

9.36.1.3.4. Diante dessa impossibilidade material, adotou-se o arredondamento para números inteiros imediatamente superiores, fixando-se a exigência em 3 (três) postos em regime 12x36 ou 5 (cinco) postos em outras jornadas equivalentes, de forma a assegurar objetividade no julgamento e uniformidade na análise documental.

9.36.1.3.5. Adicionalmente, embora o Item 3 possua execução sob demanda, existe elevada probabilidade de sua utilização ao longo da vigência contratual, circunstância que recomenda cautela na definição dos requisitos mínimos de experiência operacional. Assim, a exigência adotada busca garantir que a futura contratada possua experiência compatível não apenas com o quantitativo mínimo permanente da contratação, mas também com eventuais ampliações operacionais decorrentes das demandas acessórias previstas no objeto.

9.36.1.3.6. A medida não representa restrição indevida à competitividade, uma vez que permanece em patamar significativamente inferior à totalidade dos serviços licitados, limitando-se a exigir experiência prévia compatível com parcela relevante do objeto e observando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e seleção da proposta apta à adequada execução contratual.

9.36.1.4. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.36.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.36.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.36.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.37. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.38. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.39. Apresentação do Responsável Técnico, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente.

9.39.1. No caso de algum oficial da reserva de Corpos de Bombeiros Militares pertencer ao Corpo técnico, deverá ser apresentada uma cópia da identidade profissional, ficando dispensado o prescrito no item anterior.

9.39.2. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.40. Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior, conforme modelo constante no Anexo VII - Declaração de Contratos Firmados (71176076).

9.41. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Disposições gerais sobre habilitação

9.42. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.43. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.44. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.45. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.46. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 5.527.689,55 (Cinco milhões, quinhentos e vinte e sete mil, seiscentos e oitenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos no item 1.1. deste Termo de Referência.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 00001/200109;
- II) Fonte de recursos: 1000/1144/3144/1050;
- III) Programa de trabalho: 06.122.0032.2000.0001;
- IV) Elemento de despesa: 339037; e
- V) Plano interno: RF990N91TRC.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

13.1. Para esta contratação, não se aplica a substituição do contrato por outro instrumento.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VINICIUS RENATO MARTINI

Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 16:26:49.

LUIZ ERNANI GUEDES

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 14:03:10.

ALKINDER ALVANIR REGO DO NASCIMENTO

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 10:25:06.

LINDEMBERG FERREIRA LEITE

Integrante Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 13:57:31.

Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência.

RODRIGO ARAUJO FERREIRA

Autoridade competente